

ADMINISTRAÇÃO

Verba de educação cairá para pagar dívidas

FLÁVIO MELLO

A Câmara Municipal quer reduzir a verba mínima que o Executivo tem de investir anualmente em manutenção e desenvolvimento do ensino em São Paulo, para ajudar a tapar o rombo financeiro do

Plano de Atendimento à Saúde (PAS) – que será uma das principais bandeiras da campanha do ex-prefeito Paulo Maluf à sucessão do governador Mário Covas (PS-DB).

A proposta consta do projeto de emenda à Lei Orgânica do Municí-

pio (LOM), apresentado pelo vereador Bruno Féder (PPB), a pedido do governo. De acordo com vereadores da sua bancada, a alteração representará uma economia de cerca de R\$ 400 milhões e poderá ser usada para reforçar o combali-

O projeto de Féder reduz o percentual mínimo de 30% para 25% dos impostos, que a LOM obriga o governo municipal a aplicar em educação. Como a Constituição Federal determina que Estados e municípios invistam pelo menos 25% das receitas tributárias, o go-

verno continuará cumprindo a legislação em vigor no País.

As emendas têm de ser aprovadas por quórum qualificado, o que significa que 37 dos 55 vereadores terão de ser favoráveis à alteração da LOM. Como Pitta conquistou o apoio da maioria absoluta dos par-

lamentares, provavelmente não terá dificuldades para aprovação.

"A questão principal é que estaremos cumprindo exatamente o que determina a Constituição", defendeu-se Féder. Certo de que será duramente criticado pelos partidos de oposição ao governo, o autor prepara uma mudança no projeto. Um artigo será acrescentado ao texto original, tornando obrigatório que os recursos economizados com a diminuição da verba a ser destinada ao setor de educação sejam investidos em saúde. Dessa forma, em tese, o dinheiro deixaria de ser aplicado em educação, mas será transferido para outra secretaria de função social.

Estratégia – Ao vincular a diferença ao setor de saúde, a bancada de apoio ao governo pretende diminuir o impacto das críticas da oposição. Os próprios vereadores do PPB admitem que a economia estimada em R\$ 400 milhões deve ser usada para pagar dívidas de curto prazo da administração Pitta. "Esse dinheiro dá para pagar as dívidas do PAS e empresas contratadas pelo Município", afirmou um vereador do PPB, que pediu para não ser identificado.

Contas – A aprovação do projeto de emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) poderá beneficiar politicamente o prefeito Celso Pitta (PPB). Com a contenção dos gastos, Pitta dificilmente conseguiria investir 30% dos impostos em educação até o fim do ano e poderia ter problemas para que o Tribunal de Contas do Município (TCM) aprovasse as contas deste ano.

Ao reduzir o percentual, o risco de ter as contas rejeitadas pelo TCM estará praticamente afastado. O descumprimento do mínimo fixado pela legislação de São Paulo ocorreu nos dois últimos anos da gestão Maluf, embora ele nunca admita o fato.

De acordo com o Serviço de Execução Orçamentária (SEO), a Prefeitura gastou até agosto R\$ 398 milhões com despesas de educação. Esse total representa 44% do total atualizado, de R\$ 908 milhões.

O secretário municipal das Finanças, José Antônio de Freitas, tem garantido que cumprirá o percentual de 30% para compensar a falta de investimento ocorrida nos dois últimos anos. Apesar da garantia, essa foi a causa do desentendimento entre o vice-prefeito e ex-secretário da Educação, Régis de Oliveira, e Pitta. Oliveira cobrou no início deste semestre o repasse dos 30% da arrecadação e acabou demitido da secretaria.

Escolas municipais podem parar dia 20

O Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Simpeem) está convocando a categoria para uma greve, dia 20, em protesto contra a intenção do governo de reduzir a verba anual que a Lei Orgânica do Município (LOM) obriga o Executivo a investir no setor.

De acordo com o presidente do Simpeem, Cláudio Fonseca, a intenção é fazer uma grande passeata e depois um ato de protesto em frente da Câmara. Apesar da dificuldade que entidades representativas do funcionalismo municipal têm para organizar atos, Fonseca acredita que dessa vez não haverá problemas. "Os funcionários estão descontentes e essa medida poderá ser a pá de cal." De acordo com vereadores do PPB, ainda não há data prevista para votação, mas o Executivo está exigindo agilidade na condução do processo. (F.M.)